

neas b), c), f) e g) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

14.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

15 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria do Céu Marques Barata Lima Pires, técnica superior, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
- 2.º Licenciada Adelaide da Conceição Farinha António de Jesus, técnica superior.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Marília Gomes Coelho Coutinho, técnica superior.
- 2.º Licenciada Ana Maria Alcinda Ah-Kaw, técnica superior.

8 de Abril de 2005. — A Secretária-Geral, *Ana Vaz*.

Conselho dos Oficiais de Justiça

Aviso n.º 4432/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do despacho do vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, faz-se saber que fica notificada a arguida Ana Bela de Jesus Monteiro Santiago, escritvã-adjunta, aposentada, com o número mecanográfico 24814, ausente em parte incerta e com última residência conhecida na Avenida do Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, 99, Reboleira, 2700 Amadora, de que, por Acórdão do Conselho dos Oficiais de Justiça de 20 de Janeiro de 2005, nos autos do processo disciplinar n.º 256-D/03, lhe foi aplicada a pena de aposentação compulsiva, nos termos dos artigos 11.º, n.º 1, alínea e), e 26.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, aplicável por força dos artigos 66.º, n.º 1, e 89.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril.

Mais fica notificada de que tem o prazo de 20 dias úteis para interpor recurso, querendo, para o conselho superior competente, tudo conforme o disposto no artigo 118.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, acima identificado.

É notificada ainda de que a aplicação da pena de aposentação compulsiva começa a produzir os seus efeitos legais 15 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República*, de acordo com o disposto no artigo 70.º, n.º 1, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

5 de Abril de 2005. — O Secretário, *Carménio Nabais*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 4433/2005 (2.ª série):

Engenheiro Eduardo Gregório do Rosário Mendes, perito avaliador do distrito judicial de Évora — altera a morada para Urbanização da Quinta do Infante, 7, 4.º, direito, 8000 Faro.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4434/2005 (2.ª série):

Engenheiro António José Gonçalves de Sousa, perito avaliador do Distrito Judicial de Lisboa, altera a morada para Rua do Professor Modesto Trindade, 16, 9060-196 Funchal.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4435/2005 (2.ª série):

Engenheiro Dinis José Gonçalves Santos Marnoto, perito avaliador do Distrito Judicial de Lisboa, altera a morada para Praceta da Estrela Polar, 2, 2705 Colares.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4436/2005 (2.ª série):

Engenheiro Roberto Marcos Figueira da Silva, perito avaliador do distrito judicial de Lisboa — altera a morada para Travessa das Virtudes, 11, 9000-664 Funchal.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4437/2005 (2.ª série):

Engenheira Ana Augusta Conceição Gomes Rodrigues Neves, perita avaliadora do distrito judicial do Porto — altera a morada para Rua de Jerónimo Mendonça, 65, 4200-335 Porto.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4438/2005 (2.ª série):

Engenheiro João dos Santos Ramalho Eanes, perito avaliador do distrito judicial de Lisboa — altera a morada para Rua de João Evangelista, 18, 6000-240 Castelo Branco.

8 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4439/2005 (2.ª série):

Engenheiro Manuel Adelino Pires Afonso — excluído, por óbito, da lista de peritos avaliadores do distrito judicial do Porto.

11 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4440/2005 (2.ª série):

Engenheiro Manuel José Ferreira Costa Silva perito avaliador do distrito judicial do Porto — altera a morada para Rua dos Chousa, 649, 4485-698 Vila Chã VCD.

11 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Aviso n.º 4441/2005 (2.ª série):

Engenheiro Carlos Manuel do Nascimento Ferreira Pimentel, perito avaliador — excluído, por óbito, da lista de peritos avaliadores do Distrito Judicial de Coimbra.

11 de Abril de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

Rectificação n.º 674/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 18 de Fevereiro de 2005, a p. 2415, o despacho (extracto) n.º 3627/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Cristina Maria Jacinto Alves do Nascimento, escritvã-adjunta (escalão 2, índice 395) do Tribunal de Comarca e Família e de Menores de Cascais — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 14 de Abril a 12 de Julho de 2004.» deve ler-se «Cristina Maria Jacinto Alves do Nascimento, escritvã-adjunta do Tribunal de Comarca e Família e de Menores de Cascais — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito do mesmo Tribunal, no período de 14 a 23 de Abril de 2004.»

15 de Março de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Rectificação n.º 675/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 17 de Fevereiro de 2005, a p. 2359, o despacho (extracto) n.º 3544/2005 (2.ª série), rectifica-se que, relativamente a João Carlos Gonçalves Barroco, onde se lê «escrivão-adjunto (escalão 2, índice 395)» deve ler-se «escrivão-adjunto (escalão 3, índice 410)».

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Rectificação n.º 676/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 1368/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, 11 de Fevereiro de 2005, a p. 1966, rectifica-se que, relativamente a Arlindo Mateus de Ascensão, onde se lê «escrivão de direito, requisição [...] mantêm requisição» deve ler-se «escrivão de direito, comissão de serviço [...] mantêm comissão de serviço».

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.